

Defensoria Pública é signatária do Comitê Interinstitucional de Ação no Sistema de Justiça Criminal do Estado de Minas Gerais

Grupo pretende aperfeiçoar e ampliar ações de policiamento, fiscalização do cumprimento de penas e ressocialização

PÁGINA 3

DPMG atua em ação que garantiu o princípio da solidariedade em demandas por medicamentos não padronizados pelo SUS

Superior Tribunal de Justiça define que a competência do juízo cabe ao autor da demanda. Decisão tende a agilizar processos

Cabe ao cidadão, que busca na Justiça o fornecimento de medicamentos registrados pela Anvisa, mas não padronizados pelo SUS, escolher qual ente federado – União, Estado ou Município – será processado. Com isso, a tendência é a de que as decisões judiciais sejam mais ágeis, beneficiando pessoas assistidas pela Defensoria Pública.

Esta foi a decisão da 1ª seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do último dia 12, no qual a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) atuou como *amicus curiae*, por meio do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS). A decisão é válida até que Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o Recurso Extraordinário (RE 1366243), no qual se discute a obrigatoriedade de a União constar do polo passivo dos processos que versem sobre a obtenção de medicamento ou

tratamento não incorporado nas políticas públicas do SUS, embora registrado pela Anvisa.

Tese jurídica – Nas ações relativas à saúde tentadas com o objetivo de obrigar o Poder Público a dispensar medicamentos não inseridos na lista do SUS, mas registrados na Anvisa, deverão prevalecer a competência do juízo de acordo com os entes contra os quais a parte autora elegeru demandar.

As regras de repartição de competência administrativa do SUS não devem ser invocadas pelos magistrados para fim de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte no momento da propositura da ação, mas tão somente para fins de redirecionar o cumprimento da sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federativa que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente.

[Leia na íntegra](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

> Mundo oficial • Homenagens



Defensora-geral e chefe de Gabinete são agraciadas com a Medalha da Inconfidência na celebração do 21 de Abril



Subdefensor-geral também recebeu a honraria, relativa à edição de 2020

PÁGINA 2

> Mundo oficial • Interinstitucional [PÁG. 3 e 4](#)

> Institucional • Inspirando novas atitudes [PÁGINA 4](#)

> Ações em destaque | Deu na mídia



Defensoria de Minas vai até escolas para promover a cultura da paz

[PÁGINA 5](#)

> Atuações expressivas | Brumadinho [PÁGINA 6](#)

> Acontece na DPMG [PÁGINA 7](#)

> Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

MUNDO OFICIAL • HOMENAGENS

Defensora-geral e chefe de Gabinete são agraciadas com a Medalha da Inconfidência na celebração do 21 de Abril

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, foi agraciada com a Grande Medalha na tradicional celebração do 21 de Abril, em Ouro Preto, durante a cerimônia da entrega da Medalha da Inconfidência. O evento ocorreu no Centro de Convenções da Ufop.

Raquel da Costa Dias recebeu a honraria das mãos do governador Romeu Zema. O ex-presidente da República, Michel Temer, recebeu o “Grande Colar”, o maior grau da distinção.

Também a chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Caroline Goulart Teixeira, foi agraciada com a distinção no grau “Medalha da Inconfidência”.

FOTOS: MARCELO SANT’ANNA/DPMG



Defensora pública-geral Raquel da Costa Dias recebe a Grande Medalha das mãos do governador Romeu Zema

Entre os que receberam a honraria estão autoridades de Minas Gerais e do país e demais pessoas e instituições que contribuíram, de maneira excepcional, para a projeção e valorização do estado em várias áreas de atuação.

Marco histórico – Criada em 1952 pelo então governador Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência é a maior honraria concedida no Estado de Minas Gerais e possui quatro designações. Além do Grande Colar, neste ano foram 40 agraciados com a Grande Medalha, 58 com a Medalha de Honra e 72 com a Medalha da Inconfidência.



Chefe de Gabinete Caroline Teixeira é cumprimentada pelo governador após receber a Medalha da Inconfidência

Subdefensor-geral recebe a Medalha relativa à edição de 2020

Na terça-feira (18/4), o subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, recebeu também a Medalha da Inconfidência, com a qual foi agraciado em 2020, ano em que não houve a tradicional cerimônia de entrega por causa da pandemia de Covid-19.

A retirada da comenda aconteceu no Salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). “Receber a honraria no ano de 2020, que marcou nossas vidas por causa da pandemia, é

ainda mais significativo. Agradeço imensamente a Defensoria de Minas, a grande responsável por tudo e merecedora de todas as honras”, disse o subdefensor-geral.

Entregue tradicionalmente no dia 21 de abril, durante a solenidade do Dia da Inconfidência, em Ouro Preto, as edições de 2020 e 2022 não foram realizadas em decorrência das restrições relacionadas à pandemia de Covid-19. No ano de 2021 não houve indicados pelo mesmo motivo.

FOTOS: MARCELO SANT’ANNA/DPMG



Subdefensor público-geral Nikolas Katopodis recebe a medalha relativa ao ano de 2020



O presidente da ALMG, deputado Tadeu Martins Leite, a defensora-geral Raquel da Costa Dias e o subdefensor-geral Nikolas Katopodis durante a entrega da medalha

INTERINSTITUCIONAL

Defensoria Pública é signatária do Comitê Interinstitucional de Ação no Sistema de Justiça Criminal do Estado de Minas Gerais

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, participou na quarta-feira (19/4) da solenidade de criação do Comitê Interinstitucional de Ação no Sistema de Justiça Criminal do Estado de Minas Gerais. O grupo vai atuar para aperfeiçoar e ampliar ações de policiamento, fiscalização do cumprimento de penas e ressocialização.

Além da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), integram o grupo o Governo do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O evento, realizado no Edifício-Sede do

TJMG, contou também com a participação do governador de Minas Gerais, Romeu Zema; do presidente do TJMG, José Arthur de Carvalho Filho, e do procurador-geral de Justiça de Minas, Jarbas Soares Júnior.

O comitê tem a função de atuar para o aperfeiçoamento da atividade persecutória do Estado, de maneira abrangente, compreendendo desde o policiamento ostensivo e investigativo até a fiscalização do cumprimento de penas, estendendo sua preocupação também à reintegração social do egresso do sistema prisional. O comitê ainda terá o objetivo de criar ações voltadas ao desenvolvimento tecnológico de interesse comum entre as instituições parceiras, o que possibilitará economia de recursos, por meio do compartilhamento de experiências e informações na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Pela DPMG assinaram o documento que institui o Comitê Interinstitucional de Ação no Sistema de Justiça Criminal do Estado de Minas Gerais a defensora-geral Raquel da Costa Dias e o corregedor-geral, defensor público Galeno Siqueira.

[Leia na íntegra](#)

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias assina o documento que institui o Comitê

MUNDO OFICIAL

Defensora-geral participa de evento em reconhecimento a municípios com melhores índices de vacinação

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pela defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, na cerimônia de entrega do

Selo de Reconhecimento Bora Vacinar, realizada na quarta-feira (19/4).

O Selo, idealizado pelo Ministério Público de Minas Gerais, foi distribuído a 286 prefeituras mineiras que alcançaram as metas de vacinação instituídas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 2022. A entrega dos selos e certificados foi feita pelo governador Romeu Zema, pelo procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, e pelo secretário adjunto da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), André Luiz dos Anjos. O Selo Bora Vacinar tem como objetivo estimular ações municipais de incentivo à vacinação para combater doenças imunopreveníveis e evitar a ocorrência de novas epidemias e o retorno de doenças já erradicadas.

Com informações da Agência Minas.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG

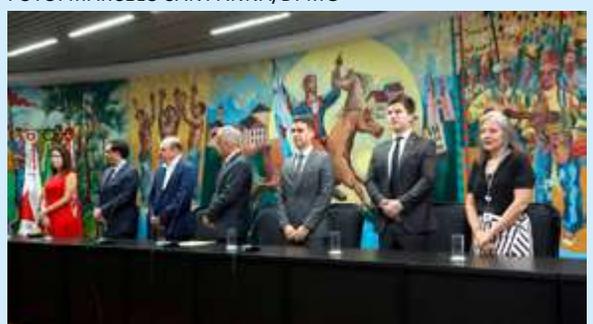


A distribuição dos 286 selos seguiu a divisão em duas categorias: Prata e Ouro

Defensoria de Minas prestigia abertura de encontro técnico no TCEMG

A defensora pública-geral Raquel da Costa Dias foi representada pelo defensor público-auxiliar da Defensoria-Geral, Alexandre Henrique Oliveira Barbosa (2ª pos., à dir.), na cerimônia de abertura do “Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2023”. O evento, realizado na terça-feira (18/4), em Belo Horizonte, é o primeiro de uma série de encontros programados em macrorregiões do estado e tem como objetivo a capacitação continuada dos agentes públicos municipais e estaduais. O tema deste ano é “Inovações legislativas e os desafios para a Administração Pública”.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



MUNDO OFICIAL

Defensoria participa de inauguração das novas instalações da Coinj

A titular da Coordenadoria Estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Defensoria Pública de Minas Gerais (CEDEDICA/DPMG), defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, representou a Instituição na inauguração do novo espaço da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O evento ocorreu na quarta-feira (19/4). O governador Romeu Zema e a superintendente da Coinj, desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, participaram da solenidade. O local ganhou alterações para garantir a humanização e acessibilidade do ambiente. Conta também com a sede do programa Flor de Sino, uma parceria com a PUC Minas,

que visa acolher e oferecer tratamento psicológico, assistência social e jurídica às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como suas famílias.

FOTO: EULER JÚNIOR/TJMG



INSTITUCIONAL

DPG recebe deputado para discutir ações em favor das pessoas com deficiência

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, recebeu na terça-feira (18/4), em seu gabinete, a visita do deputado estadual Doutor Maurício, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O objetivo do encontro foi trocar experiências, discutir ações institucionais e alinhar políticas públicas em favor das pessoas com deficiência.

Também participaram da reunião o defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado de Minas Gerais; o assessor institucional da Defensoria-Geral, defensor público Alexandre Henrique Oliveira Barbosa; e o assessor jurídico e parlamentar do Gabinete do deputado, Samuel de Oliveira Júnior.

FOTO: DPMG



Samuel de Oliveira, Alexandre Barbosa, Raquel da Costa Dias, Luís Renato Pinheiro e Doutor Maurício

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Audiência pública sobre autismo aponta desafios para cumprimento da lei

FOTOS: WILLIAN DIAS/ALMG



Defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro coordenador da rede de proteção às pessoas com deficiência



Audiência pública reuniu especialistas e familiares na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na segunda-feira (17/4). Com intuito de reforçar a mobilização e articular novas estratégias de ação, o debate reuniu pessoas com deficiências do neurodesenvolvimento para tratar dos seus desafios diários, bem como o papel dos municípios na inclusão destas pessoas, em especial na garantia da acessibilidade às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O defensor público, que é pai de um menino autista, esclareceu os desafios existentes entre legislação e realidade, e a importância do respeito aos direitos de pessoas autistas, previstos em lei, relatando as dificuldades que enfrenta para fazer valer os direitos do filho. Ele também apresentou uma nova articulação, com a participação de várias instâncias do poder público e da sociedade civil, para criar uma rede de proteção atuante nos 853 municípios mineiros.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas vai até escolas para promover a cultura da paz

Projeto Blitz DPMG estimula a comunicação não-violenta e a responsabilidade nas redes sociais por meio de dinâmicas, palestras e distribuição de materiais informativos

Colégios e escolas das redes públicas estadual e municipal e da rede particular de Belo Horizonte receberam a Blitz DPMG na quinta-feira (20/4). Iniciativa da Defensoria Pública de Minas, a atividade busca promover a cultura da paz no ambiente escolar, ao estimular a comunicação não-violenta e a responsabilidade nas redes sociais, por meio de dinâmicas.

Estudantes e membros da comunidade escolar participaram de rodas de conversa com defensoras públicas e as psicólogas do Centro Psicossocial da DPMG para falar sobre os sentimentos gerados pelas *fakenews* de ataques às escolas.

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, estava presente na Blitz realizada na Escola Estadual Augusto de Lima, no bairro Serra, e abriu a conversa com alunas e alunos apresentando a Defensoria, explicando como atua na defesa dos direitos das pessoas e mencionan-

do ações voltadas para a educação, como o projeto Mesc. Ela também destacou a importância do acolhimento e segurança dos estudantes.

Na Augusto de Lima, houve bate-papo e dinâmica de grupos, com a defensora pública Ana Paula Coutinho Canela, coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional (DEDICA-Infracional). Algumas alunas e alunos foram escolhidos para representar a DPMG, vestindo o colete da Instituição. A vice-diretora da Escola, Érika Pena, avaliou a iniciativa como importante e agregadora.

Folder educativo – Além das rodas de conversa e palestras, a Defensoria distribuiu o folder educativo “Escola e Violência – Vamos conversar sobre isso?”.

[Clique ver o folder](#)

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensoras públicas e psicóloga da DPMG conversam com os estudantes no Colégio Batista



A defensora-geral abriu a conversa com as alunas e alunos da Escola Estadual Augusto de Lima

Reunião na ALMG busca soluções para a violência nas escolas

A defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na Reunião Especial de Plenário do programa Assembleia Fiscaliza realizada na segunda-feira (17/4). A edição temática reuniu secretários de Estado, gestores estaduais e federais, parlamentares e autoridades para debater soluções para a violência nas escolas.

A iniciativa é da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que, diante de atos continuados de violência nas escolas registrados no País, en-

tendeu pela urgência de solicitar informações sobre a situação a autoridades e gestores, por meio de sua função fiscalizadora.

Na avaliação dos participantes, o combate à violência nas escolas precisa de ações sistêmicas, em uma perspectiva de prevenção e também de rápida reação aos ataques que têm se tornado recorrentes em instituições de ensino de diversas regiões do País. Ao abrir a programação, o presidente da ALMG, deputado Tadeu Martins Leite, observou que o enfrentamento do problema exige uma ação integrada dos órgãos públicos, com participação da sociedade civil. A defensora-geral Raquel da Costa Dias também pontuou que a solução não passa pelo armamento da comunidade escolar e, sim, por medidas de educação e prevenção.

[Leia na íntegra](#)

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Raquel da Costa Dias durante debate com deputados e demais autoridades sobre políticas públicas de prevenção à violência nas escolas

DEU NA MÍDIA

Defensora pública-geral fala sobre acordo de Mariana e ameaças às escolas

[Itatiaia](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública Itinerante faz atendimentos e presta orientações à população de Serranópolis de Minas e Matias Cardoso

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou atendimento itinerante nos municípios de Serranópolis e Matias Cardoso, no Norte do estado. Durante a iniciativa, ocorrida nos dias 30 e 31 de março, foram realizados 13 atendimentos e encaminhamentos nas áreas de Direito de Famílias e Sucessões, Cível, Criminal, entre outras, e também foram prestadas orientações jurídicas. A ação foi uma iniciativa da unidade da Defensoria de Minas em Janaúba, com apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), e contou com a colaboração das prefeituras dos municípios.

Participaram dos atendimentos a defensora pública e coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais na unidade de Janaúba, Claudijane Gomes, e os defensores públicos João Helton Barbosa e Gustavo Dayrell, com o apoio de estagiárias e estagiários, servidoras e servidores da DPMG.



Equipe da unidade de Janaúba, que participou dos atendimentos itinerantes

ATUAÇÃO EXPRESSIVA

TJMG acolhe tese da Defensoria Pública e nega renovação de alvará que impedia acesso de jovens desacompanhados em *shopping*

A 4ª Câmara Cível de Belo Horizonte negou o pedido de renovação de alvará judicial que possibilitava a um *shopping center* localizado na região Norte da Capital restringir ou impedir a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados de seus pais ou responsáveis. O alvará foi pedido em agravo de instrumento interposto pelo Centro Comercial S.E.B.H., pleiteando sua renovação por mais 180 dias.

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi chamada pela desembargadora relatora a apresentar manifestação, na condição de *Defensora dos vulneráveis* (crianças e adolescentes). A DPMG manifestou pela rejeição do pedido de renovação do alvará. Argumentou tratar-se de inovação recursal (presença, no recurso, de argumentos jurídicos não discutidos na instância

originária), em clara tentativa de supressão de instância (análise, por um tribunal, de uma matéria ainda não julgada pela instância inferior). A desembargadora relatora acatou a tese apresentada, não conhecendo o pedido de renovação de alvará que impedia o acesso de crianças e adolescentes desacompanhados dos responsáveis legais ao *shopping*.

Ao comentar a decisão contrária ao *shopping*, o defensor público Cláudio Pagano destacou que a atuação articulada e a soma de esforços entre Coordenadorias da DPMG e Defensorias Especializadas foram fundamentais para a rejeição do pedido formulado pelo centro comercial. A atuação da Defensora mineira no caso iniciou em dezembro de 2022.

[Leia na íntegra e acesse a decisão](#)

BRUMADINHO

Instituições de Justiça tiram dúvidas de entidades participantes da seleção pública que gerenciará projetos de reparação

Por meio do Comunicado nº 11, a Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal responderam às solicitações das entidades HUMANIZA e ATI AEDAS sobre o processo de avaliação da seleção pública para geren-

ciar os recursos relacionados aos projetos de demandas das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, conforme programa de reparação socioeconômica da bacia do Rio Paraopeba.

[Clique para ler o Comunicado nº 11.](#)



CASAMENTO COMUNITÁRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA



CONVITE

A Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do município, convida para a **cerimônia do Casamento Comunitário 2023 no Presídio Teófilo Otoni I.**

Dia 2 de maio de 2023 • Terça-feira • 13 horas

LOCAL: Presídio de Teófilo Otoni I
Córrego São Miguel do Pita, S/Nº – São Jacinto. Teófilo Otoni/MG.

CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA PELO E-MAIL: cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br

Defensoria Pública de Minas Gerais promove

Seminário	Programação
Retifica MG: Não-Binários pelo Direito de Existir	13h - Abertura
28 de abril 2023 13 às 17 horas	13h - Palestra "Pessoas Não Binárias – Vivências e Contextualização da Luta por Direitos" – Lui Oliveira e Tuty Veloso Coura Guimarães
Local: Auditório da DPMG Belo Horizonte Unidade I Rua dos Guajajaras, 1707 2º andar - Barro Preto.	14h - Apresentação artística – Eli Nunes Monteiro e Rafaela Augusta Maciel de Souza
TRANSMISSÃO:  Youtube.com c/defensoriamineira	15h30 - Roda de conversa sobre as violências contra pessoas não binárias – Allender Barreto Lima da Silva, promotor de Justiça coordenador de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação, do MPMG, e Lucas Eduardo Souza Assunção Lopes, presidente da Comissão de Diversidade Sexual do CRP/MG e Movimento Social Não Binários.
	15h30 - Leitura de Carta Revindicatória
	15h40 - Debate: Processo de acerto de identidade de gênero para pessoas não binárias no estado de Minas Gerais – Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público e NRMG
	16h30 - Show de encerramento – Elzack Emyroots Ciriaco Izidoro
	17h - Encerramento



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Aprovação do PL 397/2023

A Defensoria Pública-Geral informa que foi aprovado no dia 19/04/2023 o Projeto de Lei 397/2023, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado. A proposição segue à redação final no Poder Legislativo e à sanção pelo governador do Estado.

A Defensoria Pública-Geral permanece acompanhando a tramitação do Projeto junto ao Poder Executivo, mantendo todas e todos informados como de costume.

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Araguari / Plenário do Tribunal do Júri** – acumulação para ato específico, dias 18/5 e 1/6/2023. Inscrição por e-mail até as 13h do dia 25 de abril de 2023.
Resolução nº 1633/2023 (DODP 18/04/2023)
- **Caxambu / Defensoria Cível** – de forma integral, remota e presencial, de 30 de abril a 29 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 26/ abril/2023.
Resolução nº 1644/2023 (DODP 21/04/2023)
- **Curvelo / Criminal** – acumulação compartilhada de 8 de maio a 20 de junho de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail até as 12h do dia 28 de abril de 2023.
Resolução nº 1641/2023 (DODP 21/04/2023)
- **Matias Barbosa / Sessão Plenária do Tribunal do Júri** – acumulação para ato específico no dia 16/05/2023. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 26 de abril de 2023.
Resolução nº 1638/2023 (DODP 19/04/2023)
- **Vespasiano / Plenário do Tribunal do Júri** – acumulação para ato específico nos dias 17 e 18/5/2023. Inscrição por e-mail até as 13h do dia 25/abril/2023.
Resolução nº 1632/2023 (DODP 18/04/2023)

CONSELHO SUPERIOR

Composição das Câmaras de Estudos

As Deliberações de nº 309 a 317, publicadas no dia 18/04/2023, indicam nomes para a composição das Câmaras de Estudos Criminais e Processual Penal; Cíveis, Processual Civil e de Direito Público; de Tutela das Famílias; de Direitos Humanos e Tutela Coletiva; Institucionais e Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade; de Execução Penal; de Métodos de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial; de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero e de Diversidade Sexual; e de Infância e Juventude.

CS altera a Deliberação nº 30/2013

Documento trata da normatização de concessão de licença-saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família.

Deliberação 320 / 2023 (DODP 20/04/2023)

Consulta às defensoras e defensores sobre proposta para alteração da Deliberação 190/2021

A Secretaria do Conselho Superior comunica que está aberta consulta às defensoras e defensores públicos referente à proposta de deliberação para alteração da Deliberação 190/2021. Durante a 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada no dia 13/04/2023, foi requerido pedido de vistas em conjunto do presente procedimento (025/2023), para retorno do tema na sessão ordinária de junho, abrindo-se consulta aos interessados para apresentar suas sugestões via SEI (9990000001.002623/2023-06), ou através da entidade de classe.

[Clique para acessar o SEI.](#)

Consulte essas e outras resoluções no Gerais/ Intranet >> [Resoluções \(menu superior\) > 2023](#)

E no portal: Diário Oficial >> [acesse aqui](#)

ÚLTIMO DIA

A DPMG quer saber a sua opinião sobre a **COMUNICAÇÃO INTERNA**

Cumprindo objetivos do Projeto nº 16 do Planejamento Estratégico da DPMG e com o propósito de aperfeiçoar nossas ações de **comunicação interna**, a ASCOM elaborou uma pesquisa específica.



A pesquisa nos permitirá:

- aperfeiçoar as estratégias de comunicação;
- identificar novas demandas e oportunidades;
- propor soluções que estejam mais alinhadas às necessidades de defensoras e defensores públicos e de servidoras e servidores.

Acesse abaixo o link do formulário e participe!

Sua opinião é fundamental. Contamos com você.



<https://forms.office.com/r/exRVgpQrgE>

>> *continua*

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS II



Libertari
Feira de Artesanatos da APAC na DPMG

Dia 14.04 – Abertura da feira
10h – Contação de histórias
Sala de Espera da Unidade I

De 9 às 16 horas

- **Dia 14.04 – Unidade I**
R. dos Guajajaras, 1707 - Barro Preto, BH/MG
- **Dia 20.04 – Unidade II**
R. Bernardo Guimarães, 2731 - Lourdes, BH/MG
- **Dia 28.04 – Unidade I**

APAC
Feminina de BH

Exposição e comercialização de peças produzidas pelas recuperandas da APAC feminina de BH





SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

I SEMINÁRIO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E TUTELA COLETIVA

TEMAS

- Atuação Estratégica da DPMG
- Futuro da Defensoria Pública na Tutela Coletiva
- Direitos da Criança e do Adolescente
- Direitos das Mulheres
- Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência
- Direitos da Pessoa Privada de Liberdade

SAVE THE DATE
18 E 19
DE MAIO DE 2023
a partir de 8h30

 Auditório da Unidade I da DPMG em BH





NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica com profundo pesar, o falecimento, no dia 18 de abril, da **sra. Evanilde Aparecida Tônus de Melo Furtado de Mendonça**, mãe do defensor público **Marcelo Tônus**

de Melo Furtado de Mendonça, em atuação em Uberaba. Aos familiares e amigos, nossos votos de condolências e solidariedade.